

PLANO DE TRABALHO

1-CONCEDENTE

Órgão: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás	CNPJ: 02.529.964/0001-57
Gestor: Rasível dos Reis Santos Júnior	Processo: 202400010005192
Endereço: Av. SC-1, 299 – Parque Santa Cruz – Goiânia-GO	

2-IDENTIFICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nome: Fundo Municipal de Saúde de Itapirapuã	CNPJ do FMS: 11.239.210/0001-53
Gestor: ALAÉRCIO ROGRIGUES DO NASCIMENTO	CPF: 427.261.581-53
Endereço: Av. Amazonas, Qd.10, L.23, Res. E Faccção São Domingos Itapirapuã	
Dados bancários: Banco: 001 Agência: 2174 Conta-Corrente: 17793-8	

3-DADOS DA UNIDADE ASSISTIDA

Unidade: PSF CECILIA TEIXEIRA NETO	CNES: 5729246
Endereço: AV ALFREDO NASSER ESQ RUA 15 DE NOVEMBRO, 91, Q 12 LT 07, CENTRO	
Cidade: Itapirapuã	Esfera Administrativa: Pública Natureza: Municipal
Serviços ofertados: (X)Ambulatorial ()Internação ()UTI ()SADT () Hospital dia Outros:	

4-DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Plano de Fortalecimento Aquisição de Veículo p/ equipe da saúde	Período de execução	
	Início: ABR/2024	Término ABR/2025
Identificação do objeto: Aquisição de Veículo p/ equipe da saúde		
Justificativa: O Município de Itapirapuã possui população de 7.987 habitantes, segundo o último Censo do IBGE/2022, e População estimada [IBGE/2021] 4.380 habitantes, dispondo de um Sistema de Saúde que cobre todos os níveis de Atenção Básica, que desempenha atividades de promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde, mantendo serviços prestados tanto na Zona Rural quanto na Zona Urbana, por meio dos programas, Estratégia da Saúde da Família (ESF), Programa da Saúde Bucal (PSB) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS). E na Média Complexidade de 1º, 2º e 3º nível de referência nas Unidades ou Serviços que desempenham ações e serviços ambulatoriais e hospitalares que visam atender os principais problemas de saúde da população, cuja prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos. Com a aquisição deste veículo para uso da equipe da Secretaria Municipal de Saúde, melhoraremos a qualidade e ampliaremos o impacto da atenção na Média Complexidade sobre as condições de saúde da população e sobre a satisfação dos seus usuários, por meio de estratégias de		

5-METAS A SEREM ATINGIDAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEITOS

1 - Internação hospitalar			
parâmetros: taxa de ocupação: 90%			
Descrição Cirurgia Geral, Clínica Geral, Obstetrícia	Quantidade	Leitos/dia	Meta
Cirúrgica, Pediatria Clínica	25	25	100%
Capacidade instalada -			
Meta - 100% da capacidade			

ATENDIMENTO

Descrição	Quantidade realizada/mês
Atendimento de urgência/emergência	260
Atendimento ambulatorial - consultas	924
Procedimentos cirúrgicos	15
SADT - Radiologia	792
SADT - Análises Clínicas	1910
SADT - Eletrocardiografia	50
SADT - Ultrasonografia	37
Atos não médicos - Terapia Ocupacional (profissional contratado)	58
Atos não médicos - Fisioterapia (profissional contratado)	0
Psicologia (profissional contratado)	37
Serviço Social (profissional contratado)	0

6-VALOR DO PROJETO

Valor Global: R\$ 100.000,00	Valor Mensal:
-------------------------------------	---------------

7-CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ANO: 2024		ANO: 2025	
Mês	Valor em R\$	Mês	Valor em R\$
Janeiro		Janeiro	
Fevereiro		Fevereiro	
Março		Março	
Abril	100.000,00	Abril	
Maio		Maio	
Junho		Junho	
Julho		Julho	
Agosto		Agosto	
Setembro		Setembro	
Outubro		Outubro	
Novembro		Novembro	
Dezembro		Dezembro	

8-OBRIGAÇÕES

8.1 - Da concedente

- I - Realizar o repasse dos recursos, na modalidade fundo a fundo, conforme cronograma de desembolso;
II - Suspender os repasses em caso de não prestação de contas.

8.2 - DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- I - Firmar instrumento jurídico com a unidade assistida para viabilizar os repasses de recursos financeiros recebidos da Concedente, conforme o caso;
II - Realizar os repasses dos recursos recebidos da Concedente à Unidade Assistida em até 5 (cinco) dias úteis, a contar do crédito do montante do Fundo Municipal de Saúde, conforme o caso;
III - Garantir o acesso aos serviços de saúde descritos no quadro de metas;
IV - Não utilizar os recursos disponibilizados para execução de projeto em:
a - Taxas ou comissões de administração, gerências ou similares, ou ainda, gratificações, consultorias, assessorias técnicas ou de qualquer espécie de remuneração adicional a servidor ou contratado que pertença aos quadros do beneficiários, de órgãos ou de Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais;
b - Pagamento de aposentadorias e pensões.
c-Assistência a saúde que não atenda ao princípio da universalidade;
d- Finalidade diversa do objeto ou da forma estabelecida no plano de trabalho, ainda que em caráter de emergência;
e-atribuições de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
f- Despesas com publicidade;
g- Despesas com taxas bancárias, multas, juros ou atualizações monetárias, inclusive referentes a pagamentos e recolhimentos efetuados fora dos prazos, ressalvadas as hipóteses constantes de legislações específicas; e

h - Despesas em data anterior ou posterior a vigência do plano de trabalho, quando a ação não for de caráter continuado.

V - Franquear o acesso aos componentes do Sistema Nacional de auditoria do SUS a qualquer momento ou época, independente de aviso prévio;

VI - Realizar a prestação de contas da utilização dos recursos;

VII - Movimentar os recursos recebidos do Plano em conta-corrente aberta especificamente para este fim.

9-DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

A prestação de contas, parcial ou final, relativa aos repasses por meio de Portaria, na modalidade fundo a fundo, é obrigatória, conforme disposto em legislação específica e suas alterações. A Prestação de contas parcial consiste na documentação a ser apresentada para comprovar a execução de uma ou mais parcelas recebidas quando os recursos forem liberados na forma de parcelas ou após 6 (seis) meses da sua transferência. Quando a liberação dos recursos ocorrer em 3 (três) ou mais parcelas, a prestação de contas parcial referente à primeira parcela é condição para a liberação da terceira e a prestação referente à segunda, para a liberação da quarta, e assim sucessivamente. A prestação de contas final, produto da consolidação das prestações de contas parciais ou referentes ao total recebido de uma só vez, é aquela apresentada depois da consecução do objeto ou objetivos pactuados, até 60 (sessenta) dias após sua execução.

10 - DECLARAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Na qualidade de representante legal do Fundo Municipal de Saúde, declaro, para fins de prova junto à Secretaria de Estado da Saúde - SES/GO, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem débitos de qualquer natureza junto a quaisquer órgãos ou Entidades da Administração Pública Estadual, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento do Fundo Estadual de Saúde - FES, na forma deste plano de trabalho.

Itapirapuã/GO, 12 de abril de 2024

Assinatura:


ALAÉRCIO RODRIGUES DO NASCIMENTO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

11-APROVAÇÃO DA CONCEDENTE

Ante a manifestação favorável das áreas técnicas da SES/GO envolvidas na avaliação da viabilidade de execução do presente Plano de Trabalho, conforme pareceres e despachos acostados nos autos, **APROVO** o Plano de Trabalho, determinando sua execução, observadas as regras da Portaria que instituiu o financiamento.

Goiânia, em ____/____/____.

Rasível dos Reis Santos Júnior
Secretário de Estado da Saúde